

Integração 2.0: Reflexões Sobre o Mercado Comum Digital Europeu

JULIO LUCCHESI MORAES (*)

No presente artigo daremos continuidade à nossa discussão a respeito da competitividade europeia no contexto da Economia Digital. Temos por intuito propor as linhas gerais de um debate que problematiza a acrescida ubiquidade das TICs na dinâmica econômica regional, relacionando-a aos projetos de sedimentação da coesão econômica, política e cultural do bloco europeu. Nesta incursão, terá centralidade o projeto de instauração do *Mercado Comum Digital (DSM* – Digital Single Market, na sigla em inglês), aprovado pelo Conselho Europeu em 2010 e inscrito no contexto do plano decenal *Europa 2020*.

Longe de ambicionar uma exaustiva revisão acadêmica, temos por intento posicionar a iniciativa dentro de uma série de ações alinhadas ao projeto coesivo do bloco. Conforme veremos, esse processo precisa ser entendido para além de sua acepção tradicional – isto é, a integração ‘física’ de mercados de bens e serviços –, levando em conta também arranjos mais sutis de parcerias e convergências internas ao bloco. A hipótese de fundo de nossa reflexão é que subsiste, por trás dessa iniciativa, a ambi-

ção transnacional de instauração de uma nova ecologia inovadora. Nesta nova ambiência, o cumprimento de tradicionais metas macroeconômicas teria peso igual ou semelhante ao provimento de uma ambiência sociocultural e tecnológica amigável à inovação.

1 Da Nuvem de Carvão à Nuvem de Bytes: a Coesão Atualizada

Nossa análise sobre as perspectivas econômicas da sedimentação da pauta digital no contexto Europeu – sobretudo do DSM – não poderia se iniciar de outra maneira do que pela revisão de algumas discussões a respeito das políticas de integração regional e do histórico da formação do principal bloco econômico do globo. Há, sobre tal tema, uma estruturada bibliografia especializada e a aprofundada revisão desta literatura evadiria o escopo da presente reflexão.

É oportuno apontar, contudo, algumas intuições e inquietações gerais sobre as quais pretendemos fundamentar nossas análises. As reflexões a respeito da coesão política e econômica na Europa podem ser elaboradas tendo por base o estudo da integração de estruturas

produtivas, da supressão de barreiras tarifárias e não tarifárias, da adoção de medidas comuns etc.

É possível reconhecer na chamada *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* – firmada no Tratado de Paris em 1951 entre a França e a Alemanha Ocidental (e, posteriormente expandida aos países da região de BENELUX e Itália) – o capítulo inicial dessa narrativa. A segunda metade do século XX assistiu à paulatina adição de tópicos e temas passíveis de integração entre os diversos estados membros do bloco: agricultura, energia, defesa, política externa, a integração mercados de bens e serviços etc. A adoção de uma moeda comum dentro do sistema financeiro e o posterior início da circulação das notas físicas, em 2002, se afiguram como ponto alto nesta chave interpretativa.

O surgimento do euro, contudo, foi apenas uma das diversas inflexões transcorridas na região na virada do milênio. Ainda marcado pelo advento da globalização, o momento traz outras particularidades adicionais, tanto no que concerne aos arranjos políticos e econômicos internos ao bloco quanto em sua

relação com as demais economias globais. Como vimos, a Agenda de Lisboa, aprovada em 2000, possuía ampla fundamentação teórica na chamada Economia do Conhecimento, tendo por ambição a constituição de um espaço transnacional de inovação. Quando levamos em conta os objetivos primordiais do projeto Europa 2020 percebemos a maneira pela qual parte expressiva do atual projeto de integração digital europeu se afigura como uma continuidade desse processo de coesão (EC, 2011).

Ratifica tal abordagem o fato de que diversas passagens do documento relativo ao DSM versam sobre temas como a convergência de sistemas de segurança *online*, a normalização de protocolos de *e-commerce* ou a unificação de normas regulatórias. Temos aí alguns interessantes indicativos do caráter continuísta de tal política, ajustados apenas às novas demandas impostas pelos avanços tecnológicos.

2 Integração Sociocultural Europeia no Contexto Digital

Para além (ou, de modo mais acertado, paralelamente) a esta primeira dimensão integradora, é importante destacar um nível mais abstrato de coesão regional, decorrente de uma convergência dos membros no âmbito sociocultural. Seria possível afirmar que uma parte expressiva dos objetivos do

projeto coesivo europeu almeja justamente a promoção da integração de políticas mais sutis em áreas como a saúde, a cultura ou a educação. Curiosamente, essas alterações transcorridas em um nível de complexidade relativamente menor podem ter elevado impacto do ponto de vista econômico e social. Entendamos as razões subjacentes a esta afirmação.

Podemos começar nossa análise a partir do campo da educação. Em 1987, deu-se início ao programa Erasmus cujo intuito era o de fomentar a circulação de estudantes e pesquisadores pelos países pertencentes ao bloco. Em 1999, o projeto educacional superior europeu ganhou uma importante adição, com a aprovação do chamado Tratado de Bolonha que promovia a convergência dos distintos sistemas país a país. O Erasmus alcançou a cifra de 1 milhão de estudantes beneficiados na virada do milênio. O segundo milhão foi atingido sete anos depois, e o terceiro, em 2012 (EC, 2014). Tudo leva a crer que, dentro do Projeto Europa 2020, o componente educacional continue sendo central no projeto coesivo.

Movimento análogo pode ser percebido no universo da cultura. Desde cedo, a União Europeia conta com programas transnacionais de fomento à cultura. É o caso do Programa Media, iniciado em 1991, do projeto Cultura 2000 e do projeto Capital Europeia da Cultura,

iniciado em 1985 e sobre o qual voltaremos a falar em artigo posterior. Dentro do atual contexto do programa Europa 2020, uma das iniciativas é o projeto Europeana, que almeja criar uma vasta biblioteca digital, mediante a digitalização de arquivos relativos à cultura europeia.

Certamente mais ousados são os debates a respeito da possível unificação de licenças e direitos autorais em nível transnacional. A situação é particularmente sensível dentro do universo da produção e distribuição audiovisual, sobretudo por razão do crescimento de grandes canais de *streaming* internacional, como o Netflix. Uma série de debates atualmente em curso indica a centralidade e a fragilidade da manutenção dos atuais modelos de negócio do universo da mídia e da produção audiovisual e também da preservação dos ecossistemas culturais locais.

A menção a distintos ‘ecossistemas nacionais’ indica um último importante e fundamental aspecto na nova voga de coesão europeia: o projeto de integração dos sistemas nacionais de inovação. O chamado projeto *Horizonte 2020* tem por intuito a instauração de um ambiente transnacional de inovação, com a supressão de etapas burocráticas e a eliminação de sobreposição contraproducente de ações de fomento à pesquisa, inovação e desenvolvimento por parte das distintas agências aí envolvidas e a criação

de um espaço comum dentro do universo da pesquisa. Já se percebe, dentro desse plano, em que medida o advento da Economia Digital representa uma ruptura na narrativa de integração regional.

Referências

EUROPEAN COMMISSION - EC. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Horizon 2020 - The Framework Programme for Research and Innovation*. COM/2011/0808 Final. Bruxelas: European Commission, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0808&from=EN>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. *Erasmus – facts, figures & trends*. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

RODRIGUES, Maria João. *The new knowledge economy in Europe – a strategy for international competitiveness and social cohesion*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

(*) *Graduado em Ciências Econômicas e Doutor em História Econômica pela USP. Pesquisador do Geopolitical Economy Research Group (GERG), da Universidade de Manitoba, Canadá. Atualmente, encontra-se sediado na Bélgica, onde trabalha com temas ligados à Economia Digital e Economia Criativa. (E-mail: julio.moraes@usp.br).*